

A NARRATIVA HISTORIOGRÁFICA: UM ESPAÇO DE PRÁTICA E DA CONSTITUIÇÃO DE SENTIDO

HISTORIOGRAPHIC NARRATIVE: A SPACE FOR THE PRACTICE AND MEANING CONSTITUTION

Flávio José Dalazona¹

Heitor Alexandre Trevisani Lipinski²

Resumo: O presente artigo tem por objetivo traçar um panorama da constituição científica da ciência histórica e de como ela se direciona para a constituição de um espaço textual da produção de sentido: a narrativa historiográfica. Tomando-a como um constructo da operação historiográfica, objetiva-se, a partir dela, desvelar os mecanismos que possam colocar o ofício do historiador a serviço da vida, na medida em que necessita responder as necessidades históricas dos agentes no tempo.

Palavras chave: Narrativa; Espaço; Construção de Sentido.

Abstract: Our purpose, in this article, is to trace an outline of historical science scientific constitution, identifying, as well, if and in which manner it is guided in the direction of a textual space constitution for meaning production: the historiographic narrative. Approaching such narrative as a historiographic operation construct, we aim, therefrom, to unveil the mechanisms responsible for placing the historians' role at the service of life, inasmuch as they are required to answer to the historical needs of time agents.

Keywords: Narrative; Space; Meaning making.

A prática historiográfica

O objetivo da discussão é apresentar a constituição da ciência histórica como uma disciplina circunscrita aos parâmetros científicos e refletir sobre a prática historiográfica e o “produto” dessa prática, no qual os historiadores e historiadoras estão inseridos. Compreende-se *a priori* que a história vai além de se consolidar como uma prática limitada aos padrões científicos, pois é “uma prática social ou, mais exatamente, como seu objetivo científico é, também, uma forma de tomar posição e adquirir sentido em determinada sociedade”; deste

¹ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO). E-mail: flaviodalazona@gmail.com.

² Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO). E-mail: heitor.atrevilipinski@gmail.com.

modo, a própria “epistemologia da história é, por sua vez, em parte uma história”³.

O que se pretende delinear é como a prática historiográfica, a partir do modelo iluminista de ciência, direcionou-se para a acumulação da produção de histórias e como o ofício historiográfico produz narrativas, bem como, por sua vez, como essas narrativas podem ser incluídas nas discussões sobre o espaço que a própria historiografia (re)produz enquanto uma ciência permeada por uma prática.

Em linhas gerais, pode-se dizer que a prática científica e, mais propriamente, a narrativa historiográfica se constituem como espaço de prática e de atribuições de sentido, um fator de relevância para o desenrolar desta reflexão. Evocar a episteme histórica, tomando-a como objeto de pesquisa, remete-nos a pensar sua própria trajetória enquanto histórica, de modo que se torna necessário pensar “uma historicidade da história que implica o movimento que liga uma prática interpretativa a uma *práxis* social”⁴. Sendo assim,

Encarar a história como uma operação será tentar, de maneira necessariamente limitada, compreendê-la como a relação entre um *lugar* (um recrutamento, um meio, uma profissão), *procedimentos de análise* (uma disciplina) e a **construção de um texto** (uma literatura). É admitir que ela faz parte da “realidade” da qual trata, e que essa realidade pode ser apropriada “enquanto atividade humana”, “**enquanto prática**”.⁵

É durante o processo de Ilustração⁶ que emerge uma exacerbada crença no domínio da razão e do progresso, dando a perceber que a expansão do *regnum hominis* era um fato que elevava a humanidade a padrões ainda desconhecidos. Diante de toda essa nova configuração que perpassava as teorias do conhecimento, as ações humanas localizadas no passado não ficaram de fora de tais discussões:

A história se transubstanciava assim na narrativa da marcha dos seres humanos em direção ao melhor, ao progresso, a uma sociedade do bem-estar para além das provações vividas. Essa história do século XIX nasceu também dos impactos do Século das Luzes, da ascendência do reino da razão entre filósofos como Kant, Hegel e Marx, que veem na história a realização, o desdobramento mesmo da racionalidade vivenciada nessa época.⁷

A relação entre o ser humano e o tempo passou a ser pensada nos padrões de uma

³ PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. p. 14.

⁴ CERTEAU *apud* LE GOFF, Jacques. História e memória. 7ª ed. Tradução: Bernardo Leitão... [et al.] Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013. p. 23.

⁵ CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. 3. ed. Tradução: Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro, Forense: 2017. p. 46-47 – grifo nosso.

⁶ As realizações ocorridas nos campos da filosofia e da ciência nos séculos XVII e XVIII, e o novo *modus operandi* a partir disso se denomina revolução intelectual. Há uma eclosão de novas ideias; novas concepções sobre as mais diversas esferas do social, impactando diretamente em profundas transformações no modo de pensar e agir. Dentro dessa revolução intelectual, o movimento mais importante é a Ilustração – ou Iluminismo. A Ilustração continua sendo uma das manifestações que mais exerceu influência no pensamento da humanidade.

⁷ DOSSE, François. História e Historiadores no século XIX. In: MALERBA, Jurandir (Org.). **Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. p. 17.

racionalidade e não mais uma prática arbitrária de mera transmissão de exemplos morais. Na esteira das linhas mestras do progresso e do âmbito do estabelecimento de padrões científicos das ciências no geral, havia um campo em especial, que reivindicava o *status* de detentor do conhecimento da evolução humana no tempo.

Assim, o século XIX é conhecido como o século da história, pois, de fato, é nesse período que a disciplina dá um salto quantitativo e qualitativo nos seus estudos, consolidando-se como: (a) uma ciência; (b) uma disciplina (nos bancos escolares e nas universidades); e (c) como um ofício ou uma prática social:

Por volta de meados do século, a ideia de ciência ganha toda sua força e impregna a história; mas uma ciência marcadamente oitocentista, sob a luz do evolucionismo de Darwin e do positivismo comtiano, ávido por descortinar as leis universais do desenvolvimento humano, similares, à luz do século, às leis da evolução da natureza. A história se torna uma disciplina acadêmica num tal caldo de cultura, primeiramente na Alemanha e depois em outros países; começam então a surgir revistas, grandes eventos, associações, ao mesmo tempo que, sob patrocínio do Estado, grandes investimentos e esforços são canalizados para a criação de cátedras universitárias e a organização de arquivos públicos e privados.⁸

É, portanto, durante o Iluminismo que são lançados os fundamentos para a consolidação de uma base epistemológica para a ciência histórica, que iria se firmar *a posteriori* com o historicismo. No entanto, o processo de erudição metódica desenrola-se desde o século XVI, deixando claro que “[...] entre 1680 e 1880, houve historiadores tentados por perspectivas mais amplas do que as da erudição silenciosa. Aspiravam a tratar dos costumes e das civilizações em geral”⁹. Tais bases teóricas contribuem para consolidar não somente a história e seu paradigma científico, mas também a própria modernidade enquanto um campo centrado na crença da razão humana.

Durante o projeto racionalista que a ciência histórica buscava alcançar, dois princípios norteavam a produção do conhecimento histórico: a concepção de progresso e de objetividade. Compreende-se que “a ideia de progresso triunfou com o Iluminismo e desenvolveu-se no século XIX e início do XX, considerando sobretudo os progressos científicos e tecnológicos”¹⁰. A objetividade era a crença de que se poderia escrever somente o que aconteceu no passado e de que o historiador conseguiria, de certa forma, isentar-se de juízos e opiniões. Tais premissas influenciaram a escrita da história oitocentista.

Lorraine Daston (2017) apresenta um debate situado no que se refere às relações que se

⁸ MALERBA, Jurandir (Org.). **Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. p. 12.

⁹ BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. **As Escolas Históricas**. 2ª ed. Mem Martins (Portugal): Publicações Europa-América, 2003. p. 61.

¹⁰ LE GOFF. Op. Cit., p. 15.

construíram em torno da objetividade e da subjetividade no debate historicista no século XIX¹¹. A autora mostra que não era um consenso entre os pares do historicismo, uma definição acerca do que se colocava em concreto com o termo de objetividade. Segundo apresenta Daston, a objetividade era considerada “uma nova religião”, em que o historiador era o arguto capaz de compreender e dirigir tal ocasião por meio de um fetichismo das suas convenções metódicas:

A fonte da objetividade histórica repousa nas técnicas da crítica histórica. Assim como a objetividade mecânica nas ciências naturais fetichizou rígidos procedimentos e protocolos, a objetividade na história exigia um respeito disciplinado pelos métodos. A verdade “objetiva” do passado era para sempre inalcançável, mas os métodos do historiador - e acima de tudo a consciência do historiador sobre as limitações desses métodos - não obstante qualificavam a história científica como objetiva.¹²

O empirismo se tornava a palavra de ordem e *conditio sine qua non* de um projeto racionalista. Era por meio do estabelecimento de leis e da delimitação de um *corpus* teórico-metodológico que levaria à consolidação de um campo científico.

A prática se tornava palavra de ordem do Iluminismo. O conhecimento (em qualquer esfera) era apreciado na medida em que se abrisse a possibilidade de melhorar a condição humana. A ciência social e natural tornava-se parte de um esforço concertado para melhorar o mundo; e a história convertia-se não só num repositório de informações para reflexão e generalizações ulteriores, como também numa arma na guerra das ideias contra atitudes e opiniões arreigadas.¹³

Desse modo, o método racionalista foi desenvolvido a partir do processo histórico do Iluminismo, de modo que os paradigmas científicos podem ser desenvolvidos nas mais diversas áreas: das ciências naturais às ciências do espírito. É talvez aí que se explique, em um primeiro momento, a pretensão de objetividade que irá nortear a prática historiográfica no século XIX, em uma concepção muito atrelada ao desenvolvimento das ciências da natureza.

Tais propostas científicas, de se compreender o funcionamento não só do mundo físico, como também da sociedade, originam-se em momentos comuns, porém cada paradigma se aloca em torno de determinado objeto. Evidentemente que um padrão científico não iria dar conta de explicar as diversas variantes culturais que o presente suplantava sobre os agentes sociais na Europa setecentista. Desse modo, a história surge como um conhecimento possível de ser constituído para dar respostas às questões que, de certa forma, eram concebidas como incógnitas temporais a que estavam submetidas.

A história começou a colocar problemas específicos (e a merecer séria consideração) quando os homens começaram a apreciar as mudanças que caracterizavam o desenvolvimento cultural. Filosofia e religião, política e moral, modos de expressão literária, tinham assumido formas tão diferentes em períodos diversos que um critério de comparação histórica se tornava condição necessária para a sua avaliação

¹¹ DASTON, Lorraine. **Historicidade e objetividade**. SP: LiberArts, 2017.

¹² Ibidem, p. 134.

¹³ HADDOCK. Op. Cit., p. 107.

correcta.¹⁴

Pode-se dizer que “antes de ser uma disciplina científica – segundo sua pretensão e, até certo ponto, conforme ela o é efetivamente –, a história é uma prática social”¹⁵. Todo processo da constituição da história como ciência e/ou disciplina está condicionada a uma prática, que incorpora aqueles que a sociedade legitimou como historiadores, os que produzem interpretações acerca do acontecimento passado.

Keith Jenkins¹⁶ irá balizar algumas relações entre a escrita da história e de como os historiadores atribuem sentido ao próprio processo de escrita. A história se circunscreve como um campo discursivo acerca de um determinado passado que obedece à interpretação do historiador, que se coloca como filho do tempo e produz sua concepção em relação a determinados acontecimentos a partir de uma base epistemológica fundamentada por meio dos métodos, porém imerso em um universo de ideologias e pré-concepções que o figuram antes mesmo da sua produção discursiva.

É a partir dessa conjuntura que círculos de historiadores começam a centrar no discurso metódico que balize as fronteiras da história. Antes, pode-se dizer que havia práticas diferentes de *res gestae* o passado, que não necessariamente estavam em padrões unificados (como os pensadores da antiguidade, eruditos, e alguns filósofos), mas centradas em sua cientificização. A disciplina histórica (corpo profissional de historiadores do momento) se preocupou em erigir um método que padronizou a escrita da história e lhe concedeu status de ciência.

Durante o século XIX, os estados europeus estavam em via de consolidação, delimitação de fronteiras, unificação da língua; enfim, uma série de padrões estavam sendo adotados para estabelecer as nações pela Europa. Nesse período, portanto, a formação de uma identidade comum era fundamental para o estabelecimento de um projeto nacional, principalmente nos círculos liberais burgueses. Para Malerba, o “século da história”, fora marcado por contingências históricas determinadas que eram o “processo de criação dos Estados nacionais na Europa; a definição de suas fronteiras e povos, a invenção de identidades a partir da ideia de nação demandou como jamais o conhecimento da história, gestada sob a égide da ciência moderna, mãe do século”¹⁷.

A história se apresenta como um solo fértil a ser plantada a semente do nacionalismo. Na Alemanha, desde o início do século, o historicismo irá estabelecer as linhas mestras do seu projeto historiográfico. Pode-se citar como principal nome: Leopold Von Ranke. Na França é

¹⁴ HADDOCK. Op. Cit., p.10-11.

¹⁵ PROST. Op. Cit., p. 13

¹⁶ Ver: JENKINS, Keith. A História repensada. Tradução de Mário Vilela. São Paulo: Contexto, 2001.

¹⁷ MALERBA. Op. Cit., p. 8.

apenas a partir do terço final do século oitocentista que Charles-Victor Langlois e Charles Seignobos irão fundamentar os passos da escola metódica francesa¹⁸.

A respeito da questão do historicismo, torna-se importante resgatar as concepções de Michel Löwi¹⁹ acerca da definição do historicismo como uma corrente de pensamento e uma teoria do conhecimento. Löwi resgata o estabelecimento do historicismo como forma de conhecer a realidade (no caso aquilo que é intrinsecamente histórico), o que está atrelado a uma série de concepções, valores e ideologias. A percepção de Löwi é fundamentada a partir do que se convencionou chamar de “giro relativista”, que postula críticas às noções estabelecidas na comunidade de historiadores (e por alguns próprios de sua comunidade)²⁰ do século XIX de que era possível resgatar o passado tal como ele se apresentou.

Sua concepção do historicismo está muito próxima do que apresenta Jenkins, de que o historiador é filho do seu tempo e está imerso em um mundo de construções particulares. Por isso, “não existe conhecimento da história desde fora, quero dizer, ninguém está fora do rio da história, olhando para ele de suas margens. Todo o observador está imerso no curso da história, nadando ou navegando em um barco neste curso tempestuoso da história, ninguém está fora”²¹.

Compreende-se que o historicismo acredita, ou possuía a pretensão de solidificar, no percurso de uma prática historiográfica, fundamentada a princípio sob um método de crítica das fontes. A pretensão de objetividade, crítica interna e externa dos documentos²², construção narrativa dos fatos históricos e a delimitação de fontes históricas, serão meios que conduzirão a prática historiográfica a um patamar científico delineado teoricamente. Nesse sentido,

A escola metódica quer impor uma investigação científica afastando qualquer especulação filosófica e visando a objectividade absoluta no domínio da história; pensa atingir os seus fins aplicando técnicas rigorosas respeitantes ao inventário das

¹⁸ Obviamente que o escopo de historiadores que fundamentam o percurso historiográfico é demasiado longo, não somente das duas escolas. Compreende-se aqui que o objetivo da presente discussão é citar a prática historiográfica e não uma genealogia de autores, o que de fato levaria a uma seleção truncada de nomes em detrimento de outros. Podem ser citados aqui por exemplo: Fustel de Coulanges, Jules Michelet, Gabriel Monod, Johan Gustav Droysen, Jacob Burckhardt, Theodor Mommsen, Wilhelm von Humboldt, Thomas Carlyle, entre outros que contribuíram decisivamente e sabe-se que seus esforços conduziram a ciência histórica a um paradigma científico.

¹⁹ LÖWY, Michel. Historicismo. In: **Ideologias e Ciência Social**. Elementos para uma análise marxista. 19ª Ed. São Paulo, Cortez, 2010. p. 75-103.

²⁰ A esse respeito ver: DROYSEN, Johann Gustav. **Manual de Teoria da História**. Tradução: Sara Baldus; Julio Bentivoglio. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

²¹ LÖWY. Op. Cit., p. 76.

²² O método de crítica interna e externa na historiografia surge a partir do seu processo de cientificação e delimita que as fontes históricas precisam ser apreendidas em sua totalidade. A crítica externa opera no sentido de identificar a materialidade do documento, verificar a sua autenticidade, atua no nível da heurística. A crítica interna por sua vez, infere na credibilidade da escrita do documento, muitas vezes contrapondo com outras fontes históricas. Opera no nível da hermenêutica. Convém salientar que uma série de ciências auxiliares contribuíram para efetivar tal prática. Podem-se citar aqui alguns exemplos: a paleografia, numismática, diplomática, filologia, linguística entre outras.

fontes, à crítica dos documentos, à organização das tarefas na profissão.²³

Para tanto, será condecorada como forma de um “mantra dogmático” a elaboração de um percurso a ser seguido por historiadores, na pretensão da elaboração do conhecimento histórico. Tal percurso da história científica oitocentista está ligado ao modelo cartesiano de ciência, na relação sujeito-objeto, uma vez que:

A história científica, portanto, seria produzida por um sujeito que se neutraliza enquanto sujeito para fazer aparecer seu objeto. Ele evitará a construção de hipóteses, procurará manter a neutralidade axiológica e epistemológica, isto é, não julgará e não problematizará o real. Os fatos falam por si e o que pensa o historiador a seu respeito é irrelevante. Os fatos existem objetivamente, em si, brutos, e não poderiam ser recortados e construídos, mas sim apanhados em sua integridade, para se atingir sua verdade objetiva, isto é, eles deverão aparecer “tais como são”.²⁴

Compreende-se que “o historicismo promove uma virada objetivista, afastando-se do discurso subjetivo dos historiadores sobre o seu lugar na sociedade e sobre imersão nos dados objetivos da experiência histórica”²⁵. Assim, os esforços produzidos no campo da reflexão historiográfica levarão a história a padrões relativamente consolidados, frente às outras ciências humanas na modernidade, de modo que o iluminismo e o historicismo consolidam a modernização do pensamento histórico:

Essa cientificização realizou-se de diversos modos, entre iluminismo e historicismo. O iluminismo introduziu no pensamento histórico o princípio fundamental da ciência: a racionalidade metódica. O historicismo completou esse princípio da racionalidade metódica, que tinha como pressuposto, com outro princípio fundamental: o da especialização disciplinar.²⁶

De certa forma, durante o arco temporal entre o início século XIX e meados do XX, é grande o escopo de pensadores que se dedicaram à consolidação e ao estabelecimento dos parâmetros do pensamento histórico. De certo modo, a prática historiográfica é fundamentada a partir de um conjunto de regras: a operação de reconstruir a “experiência do passado em história refletida no presente é posta por escrito. A história escrita, contada, narrada, requer uma espécie de convenção metódica de realização, que se pode chamar de pacto historiográfico”²⁷.

No entanto, o debate central que permeia a construção da presente reflexão assenta-se sobre a materialidade do ofício do historiador: o seu texto. Contudo, não se pode compreender o que de fato é a narrativa historiográfica e tomá-la por objeto exterior, vago na existência

²³ BOURDÉ; MARTIN. Op. Cit., p. 97.

²⁴ REIS. Op. Cit., p. 13.

²⁵ RÜSEN, Jörn. **Aprendizagem histórica: fundamentos e paradigmas**. Tradução: Peter Horst Rautmann... [et al.]. Curitiba: W. A. Editores, 2012., p. 24.

²⁶ Ibidem, p. 17-18.

²⁷ MARTINS, Estevão de Rezende. **Teoria e Filosofia da História – Contribuições para o ensino de História**. Curitiba: W&A Editores, 2017. p. 127.

historiográfica. Ela é produto de uma prática social concreta e produz o espaço historiográfico.

Anteriormente, na narrativa há um método que a consagra e a insere na biblioteca de artefatos históricos. De fato, em que consistiria a especialidade da narrativa historiográfica? Qual é a relação que ela mantém com a sociedade? Pode a narrativa se converter em um espaço da produção de sentido do ofício historiográfico? Para tanto, é preciso refletir sobre o *status* do produto do historiador. A partir da prática estabelecida em seu “pacto historiográfico”, é preciso categorizar o que seria de fato a narrativa historiográfica.

A narrativa historiográfica: o espaço da constituição de sentido

O processo de cientificização, pelo qual passa o conhecimento histórico, deixa-o em um processo de racionalização modernizadora, delimitando, especificamente: (a) o objeto da ciência histórica: o passado; (b) procedimentos de pesquisa: um percurso metodologicamente constituído (uma prática), a partir do discurso científico moderno, lucidando uma racionalidade metódica; e, por fim, (c) seu produto final, a materialização do conhecimento histórico: *a narrativa historiográfica*.

Se tomamos a narrativa em sua forma mais elementar, como um ato de linguagem ou ato da palavra, ela nada mais é do que atribuir sentido às experiências do mundo interiorizadas pelo sujeito. O universo da linguagem e da comunicação configura-se, ao lado das capacidades de produção da vida material do ser humano, como um salto ontológico na espécie. Contudo, as relações histórico-sociais pelas quais o ser passa no decorrer do tempo precisam ser encaradas, interpretadas, a fim de que possa se situar no decorrer do curso histórico que está inserido.

Jörn Rüsen (2010b; 2012; 2016) delinea diversos aspectos constitutivos do que seria narrar historicamente. Para ele, a narrativa (histórica) se configura como uma capacidade de atribuir sentido às experiências do tempo, mediada pela consciência histórica. Para ele, a consciência histórica é definida como a “suma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos, de forma tal que possam orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo”²⁸. Nesse sentido, as discussões apontadas por Rüsen estão no âmbito da teoria da história, tendo como pressuposto fundante de todo saber histórico a consciência histórica.

O narrar submete a singularidade dos eventos à ideia de um tempo ordenado. Com essa ideia se inscreve um sentido nos acontecimentos que ocorrem nas situações da vida humana. Eles adquirem a marca do significado, com o qual se encaixam em tais

²⁸ RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica: teoria da História: fundamentos da ciência histórica**. Tradução: Estevão C. de Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010b. p. 57.

situações da vida. O poder dos eventos que ameaçam esmagar a vida humana é domesticado para servir à vida. É nisso que consiste o desempenho cultural do narrar.²⁹

Interpretar o passado (seja ele qual for) mediante uma narrativa direciona tal processo cognitivo para uma ação: deve possuir sentido e significado para a vida prática do ser em sociedade. O narrar submete a singularidade de interpretação do tempo por meio da linguagem, necessária à comunicação e à transmissão de saberes através das gerações. O narrar pressupõe uma racionalidade que lhe é própria, como uma estrutura cognitiva de transmissão de saberes:

O pensamento histórico, em todas as suas formas e versões, está condicionado por um determinado procedimento mental de o homem interpretar a si mesmo e a seu mundo: a narrativa de uma história. Narrar é uma prática cultural de interpretação no tempo, antropológicamente universal.³⁰

Deste modo, narração, consciência histórica e constituição de sentido estão intrinsecamente ligados. A “história”, como experiência humana no tempo, deve ser interpretada e materializada mediante a narrativa. O conhecimento histórico confere, assim, orientações às ações do sujeito no tempo, produzindo sentido às experiências do passado.

A narração, portanto, é o processo de atribuir sentido à experiência do tempo. [...] A narração é um processo de *poiesis*, de fazer ou produzir uma estrutura de experiência temporal tecida de acordo com a necessidade de orientar-se no curso do tempo. O produto desse processo de narração, a estrutura capaz de tal orientação, é “uma história”.³¹

Contar histórias é atribuir sentido às experiências temporais. Ao tomar como objeto a prática histórica científica, deve-se levar em conta seu estatuto narrativo. A ciência histórica constitui-se como um evento narrativo. E ela surge como um elo entre “ciência” e “vida prática”. É nesse sentido que a ciência histórica precisa tornar-se próxima da vida e servir de orientação à vida humana prática.

Compreende-se, assim, como o conhecimento histórico nasce das necessidades da vida prática. A narrativa, antes de tornar-se ciência, mediante seu percurso metodológico, é substancialmente, em sua forma originária, não científica. É somente a partir do percurso traçado nos séculos XVIII e XIX que irá categorizar o aspecto científico de se atribuir sentido à experiência do tempo. Sendo assim, o compromisso que a história atende na orientação do tempo pressupõe uma racionalidade que precisa ser efetivada mediante a prática científica. Tal “cientificidade no âmbito das operações da consciência histórica e no âmbito da narrativa

²⁹ RÜSEN, Jörn. **Teoria da História: uma teoria da história como ciência**. Tradução: Estevão C. de Rezende Martins. Curitiba: Editora UFPR, 2015. p. 193.

³⁰ RÜSEN, Op. Cit., p. 149.

³¹ RÜSEN, Jörn. Narração Histórica: fundações, tipos, razão. In: MALERBA, Jurandir. (Org). História & Narrativa: a ciência e a arte da escrita histórica. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016. p. 47.

histórica consiste, por conseguinte, na regulação metódica dessas operações, desse narrar histórico”³².

Por conseguinte, os intensos debates em torno da condição narrativa histórica³³ foram construídos e incorporados a partir da crítica à construção historiográfica e a sua forma escrita no ambiente acadêmico, através da prática científica. Assim, a história enquanto especialidade científica é um processo no qual:

Se aplicam métodos que, como regras da pesquisa empírica, caracterizam a forma específica do pensamento histórico. Essa especificidade torna-se científica à medida que as perspectivas quanto ao passado, oriundas de carências e orientadas por interesses, são trabalhadas pela pesquisa pautada por regras metódicas e transformadas em saber histórico com conteúdo empírico.³⁴

Compreende-se que a historiografia é um produto final da operação historiográfica. Tal direcionamento é o objetivo da presente discussão, enquanto investigação acerca da narrativa historiográfica. Tendo como ponto de partida que a produção de histórias decorre necessariamente das carências de orientações temporais em que o ser historicamente situado se depara, busca-se dar sentido a tais indagações.

É preciso, então, ir além e pensar em que consiste a particularidade do narrar historicamente:

A especificidade da narrativa histórica está em que os acontecimentos articulados narrativamente são considerados como tendo ocorrido realmente no passado. Além disso, sua coesão interna é concebida como uma representação da evolução temporal vinculada à experiência e como significativa para o auto entendimento e para a orientação dos sujeitos narradores.³⁵

Diante do processo pelo qual passa a narrativa histórica até materializar-se historiograficamente, a partir de procedimentos científicos, pode-se tomá-la como objeto de análise e investigação. O percurso científico da “obtenção de conhecimento histórico empírico a partir das fontes, pela aplicação de métodos, orienta-se, por princípio, a tornar-se historiografia. Com isso ela mesma se constitui também produto da pesquisa histórica”³⁶.

Compreende-se que é através da condição narrativa do conhecimento histórico que são produzidas cognitivamente as “representações da continuidade da evolução temporal dos homens e de seu mundo, instituidoras de identidade, por meio da memória, e inseridas, como

³² RÜSEN. Op. Cit., p. 98.

³³ É necessário elucidar os dois conceitos presentes no presente tópico: narrativa histórica e narrativa historiográfica. Compreendendo a narrativa como um produto da consciência histórica e que, tal processo ocorre com todos os agentes históricos, opta-se por utilizar o termo de narrativa historiográfica, sendo que ela é produzida por historiadores, pois é mediada pela prática historiográfica, ou seja, um percurso metodicamente estabelecido.

³⁴ Idem, 33.

³⁵ Idem, p. 155.

³⁶ Idem, p. 34.

determinação de sentido, no quadro de orientação da vida prática humana”³⁷.

Dito isso, entendemos que a produção historiográfica está atrelada a alguns aspectos: o primeiro é a necessidade do historiador, enquanto agente social, inserido em um determinado contexto histórico específico, e seu interesse em problematizar e reconstituir o passado; o outro está atrelado à função social do conhecimento histórico e a que demandas do tempo presente ele atende. Portanto, a prática historiográfica nunca será desinteressada ou descompromissada com o contexto histórico que lhe é particular.

Atentando-se a esses aspectos, entende-se que os historiadores e historiadoras estão imersos em uma miríade de relações de poder, que muitas vezes se apresentam de forma conflitante, como é o caso de disputas em torno do monopólio da narrativa, querelas institucionais, embates com relação às *fake news* e também a diversos revisionismos históricos que transferem a centralidade da escrita da história a outrem e não à figura do historiador. Sem falar nas inúmeras transversalidades que, conscientemente ou não, permeiam discursos historiográficos pautados em exclusões dos debates das categorias de gênero, sexualidade ou raça, entre outras. Tais circunstâncias atravessam a (re)produção de construções historiográficas que se configuram como verdadeiras relações de poder imersas no próprio universo subjetivo do historiador. Pode-se estabelecer, desta forma, que:

[...] o ponto de vista e as predileções do historiador ainda moldam a escolha do material, e nossos próprios constructos pessoais determinam como o interpretamos. O passado que “conhecemos” é sempre condicionado por nossas visões, nosso próprio “presente”. Assim como somos produtos do passado, assim também o passado conhecido (a história) é um artefato nosso.³⁸

Entende-se que “narrar fundamentalmente, como forma especificamente científica do pensamento histórico, significa, pois, proceder metodicamente ao rememorar o passado humano a fim de orientar o agir e o sofrer no tempo presente”³⁹. Assim, a reconstituição do tempo mediante a narrativa é um constructo das três dimensões temporais (passado, presente e futuro) expressas no ato da fala ou da escrita:

Narrar a partir do tempo faz sentido na medida em que a sequência temporal dos acontecimentos (na maior parte ocorrências ou conteúdos empíricos de tipo estrutural) é situada no contexto próprio a esses mesmos acontecimentos. [...] A reconstituição mental da mudança temporal atribui a esta significado para a compreensão e para a interpretação dos processos de evolução no tempo, no qual vivem os sujeitos da narrativa ou, dito de outra forma, no qual o próprio processo comunicativo da narrativa se dá.⁴⁰

Tomar a historiografia como objeto de pesquisa é centrar a reflexão em torno do

³⁷ RÜSEN. Op. Cit., p. 67.

³⁸ JENKINS. Op. Cit., p. 32-33.

³⁹ RÜSEN. Op. Cit., p. 99.

⁴⁰ Idem, p. 155.

trabalho, do ofício e da prática científica dos historiadores e historiadoras e, também, do seu produto: a narrativa historiográfica. É, de certa forma, localizar ou situar a produção de cada obra em seu tempo histórico, compreendendo que obras históricas são produtos da prática científica dos historiadores e que, dessa forma, podem ser tomadas como um objeto da história. O acúmulo teórico produzido pelos historiadores ao longo dos anos de produção precisa ser refletido, rediscutido, ressignificado a partir do presente, gerando um fôlego de utilidade para a produção do conhecimento do qual a história é constituinte.

Destarte, a prática historiográfica se efetiva a partir do caráter autorreflexivo do conhecimento histórico. Logo, pode-se compreender a historiografia como um “produto intelectual dos historiadores, [...] enquanto práticas culturais necessárias à orientação social – portanto enquanto produto da experiência humana em sociedade”⁴¹. A narrativa historiográfica, como artefato histórico resultante dessa prática do historiador, também se converte em um espaço de análise.

Jurandir Malerba (2016) resgata o debate iniciado nos anos 1960 sobre a condição da narrativa historiográfica, após a virada linguística⁴². Para ele, os debates se formavam mediante quatro aspectos: (1) a narrativa histórica era **um modo de explicação do passado**, organizado justamente da prática científica; (2) a narrativa histórica era considerada como **histórias da ação humana** no tempo; (3) discussão em torno **do realismo histórico** – para o autor, tal forma de narrativa, “explora a questão de que a razão pela qual os historiadores constroem histórias sobre o passado” e tais narrativas “refletem a própria vida, a consciência e a existência humanas, as quais têm em si uma natureza e um caráter narrativo”⁴³. E (4) as contestações oriundas a partir do *linguistic turn* culminaram em definições de que, em linhas gerais, a narrativa histórica não possui nenhuma relação com procedimentos científicos, ou com as questões apontadas acima, mas, sim, de que as histórias contadas por historiadores são guiadas por protocolos linguísticos, constituindo-se como **considerações literárias ou ficcionais sobre o passado**.

Em síntese, pode-se descrever que o momento histórico, após a virada linguística, concebia uma nova forma de reflexão sobre a produção do conhecimento em história. Segundo as discussões levantadas a partir de tal período, a narrativa histórica:

Se dissolveria no discurso relativista, com o triunfo da subjetividade e da sensibilidade

⁴¹ MALERBA, Jurandir. Teoria e história da historiografia. In: _____ (Org.). **A história escrita: teoria e história da historiografia**. São Paulo: Contexto, p.11-26, 2006. p. 23.

⁴² *Linguistic Turn* como é conhecido mundialmente, foi um novo panorama evidenciado a partir das teorias da linguagem, direcionando para ela todo as matrizes de pensamento. A história também não fica de fora no bojo de tais discussões em torno da legitimidade de seu padrão de escrita, e se havia entre a narrativa histórica ou a literária, contestando assim a essência do conhecimento e da produção historiográfica.

⁴³ MALERBA, Jurandir. O que narram os historiadores? Para uma genealogia da questão narrativa em história. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 33, p. 399-418, jul./dez. 2016. p. 407.

particular. A “verdade” não apenas não poderia ser conhecida, nem mesmo passaria de um artigo de fé ou de uma esperança vã, quando não resumisse a uma manobra manipuladora de que se lançaria mão para enganar o incauto “público amplo”. A historiografia seria meramente ficção escrita de modo realista, recorrendo a convenções, como citações de fontes e notas de rodapé acadêmicas, para fortalecer a impressão de rigor e de correspondência à realidade.⁴⁴

As duas primeiras proposições levantadas por Jurandir Malerba sobre as discussões em torno da narrativa histórica consolidam concepções oriundas da prática historiográfica. Uma é de que é feita segundo parâmetros orientados cientificamente, e a segunda é de que descreve a ação dos homens no tempo. A que denota uma complexidade maior relacionada à narrativa histórica é a de que o **realismo histórico** resgatado mediante a historiografia precisa, de algum modo, ser útil à consciência e à existência humana.

O conhecimento histórico materializado pela narrativa precisa estar intrinsecamente ligado às necessidades práticas e temporais do presente. Pode-se pensar, dessa maneira, que a “historiografia pode ser caracterizada como o processo da constituição narrativa de sentido, na qual o saber histórico é inserido (mediante narrativa) nos processos comunicativos da vida humana prática”⁴⁵.

Por sua vez, o pensamento de Michel de Certeau (2017) nos direciona a pensar uma série de questões decorrentes da prática historiográfica. Para ele, “fazer história” (de uma maneira científica) só é efetivada a partir de “mediação de atividades técnicas”, definindo, assim, uma concepção particular de historiografia, ou seja, de uma escrita da história. Partindo desse pressuposto, temos a historiografia como uma atividade que é mediada e circunscrita pelos padrões metodológicos da ciência histórica.

Contudo, produzir história estabelece uma relação muito mais complexa do que pactos metodológicos da produção acadêmica. A profissão (bem como a produção) do historiador deve estar norteada a partir da relação entre “a sociedade presente” e a “morte”. Ir atrás do passado, ressignificá-lo no presente, por meio de uma produção historiográfica, precisa ser um processo dotado de sentido, norteando a ação daqueles que utilizam a referência temporal da história, cumprindo, assim, sua função social.

A arte de contar e transmitir as histórias é uma constante antropológica no processo temporal da comunicação humana. Seja ela escrita, seja oral, ou mesmo através de figuras, sendo lembrada pelas práticas memorialistas, a substância do passado precisa fazer algum sentido prático para aqueles que dele se apossam. O texto histórico é o produto da arte e da

⁴⁴ MARTINS. Op. Cit., p. 130.

⁴⁵ RÜSEN, Jörn. **História viva: teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico**. Tradução: Estevão C. de Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010a. p. 43.

ciência dos historiadores, sendo cada um produzido à luz de seu tempo e com os instrumentos conceituais que lhe são próprios.

Entretanto, a historiografia adquire uma dimensão espacial que lhe é particular, delineada por conflitos e disputas que ocorrem na sua construção. Debates em torno de sua legitimidade, construção, padrões científicos e metodológicos circunscrevem a historiografia dentro das discussões acerca do espaço levantadas por Michel de Certeau (2017; 1998) e Pierre Bordieu⁴⁶ (1989).

Assim as diferentes narrativas que compõem a construção da historiografia demarcam um espaço em particular: o da prática historiográfica. E esse espaço é entendido na historiografia como um conceito amplo, multifacetado, mas que nos remete a pensar que toda prática temporal está em um espaço, seja ele físico, social ou mental. Desse modo, é possível intercalar análises sobre a prática historiográfica, ou, mais precisamente, em torno da condição narrativa histórica e, a partir disso, pensar os espaços que são oriundos da prática historiográfica.

O espaço historiográfico e o espaço na historiografia

As definições acerca do espaço são significativas para demonstrar que toda prática humana no tempo se produz em um espaço. Logo, a prática historiográfica é o resultado materializado e dimensionado em conhecimento da experiência humana no tempo. A narrativa historiográfica, como produto da ação humana, também se institui a partir de operações espacializantes.

Compreende-se que a prática historiográfica que sustenta a ciência histórica é um campo espacial muito específico: a disciplina de História. As delimitações do espaço confluem para direcionar e, ao mesmo tempo, expandir as noções que se produzem sobre o que seria o espaço. É nesse ínterim que a ciência histórica pode ser concebida como espaço textual, no qual se institui o conhecimento histórico. Nota-se que:

A noção de espacialidade vem se alargando consideravelmente desde os primeiros e mais vigorosos desenvolvimentos da historiografia no século XX: do espaço físico, ao espaço social, político e imaginário, e daí até a noção do espaço como “campo de forças” que pode inclusive reger a compreensão de práticas discursivas.⁴⁷

⁴⁶ As definições do conceito de espaço sofrem diferenciações no que se refere a tais autores. Michel de Certeau (1998) compreende o espaço produzido a partir do ato da palavra, ou seja, para ele o que está em um determinado espaço é a linguagem que também é permeada pela prática. Para Pierre Bordieu (1989), o que ele denomina de região é um espaço criado pelo conflito, na ciência histórica pode-se tomar como exemplo os conflitos das legitimidades das narrativas, muito recorrente nos embates historiográficos.

⁴⁷ BARROS, José D'Assunção. **História, Espaço, Geografia: diálogos interdisciplinares**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2017. p. 16.

Em consonância com o que observa Lefebvre (2006), ainda há uma história do espaço para se fazer. Desse modo, o ato de delimitar, circunscrever espaços é uma constante na história humana. Historicamente, o ser humano, em sua prática racional, esquadrinha, delimita, rompe fronteiras que lhe são impostas a partir de territórios. Compreende-se que essas operações espacializantes são, de certa maneira,

[...] produtos das operações de dotação de sentido com que os homens procuram dominar o caos das coisas à sua volta. As regiões nascem de investimentos de sentido, da produção de sentidos: nascem da busca por organizar o mundo, por ordená-lo, por esquadrinhá-lo, por classificá-lo, por dominá-lo.⁴⁸

Compreendendo a delimitação da região como um espaço marcado por interações, é justamente a partir da prática social, inerente à escrita da história, do manejo das fontes (entre outras práticas atreladas ao ofício de historiador) que se busca encontrar os conflitos e tensões que são permeados a partir dessa atividade. Deste modo, delimitar o labor historiográfico enquanto uma região a ser estudada é reconhecer que os próprios historiadores estão inseridos nesse *metier* teórico, produzindo e reproduzindo tal espaço.

Durval Muniz Albuquerque Júnior define que “a região, para realmente existir [...] tem que existir para e nas subjetividades de quem a reconhece, a vivencia e de quem a pratica ou em nome dela discursa”⁴⁹. Discutir sobre o espaço da prática historiográfica é compreender que o próprio ofício do historiador é marcado por suas operações teóricas e que a construção analítica do passado é permeada pela construção de narrativas.

Logo, percebe-se que “organizando o espaço textual, estabelece um contrato e organiza também o espaço social”⁵⁰. Isso corrobora com a ideia de que a prática historiográfica é performativa dentro da sociedade em que está inserida, sendo que a palavra e a escrita impõem autoridade, constituindo, desse ponto de vista, a historiografia enquanto inserida e, ao mesmo tempo, criadora de um *locus* específico que sustenta um diálogo com a sociedade.

Para Lefebvre, o espaço (social) é concebido como um produto (social), constituinte, também, a partir de relações sociais. Como tal, está inserido em uma teia de relações de resistência e dominação, na qual a última torna-se quase que sempre difícil de ser concretizada:

Visto que o espaço assim produzido também serve de instrumento ao pensamento, como à ação, que ele é, ao mesmo tempo, um meio de produção, um meio de controle, portanto, de dominação e de potência {poder} – mas que ele escapa parcialmente, enquanto tal, aos que dele se servem. As forças sociais [...] que o engendraram tentam controlá-lo e não conseguem; aqueles mesmos que levam a realidade espacial em direção a uma espécie de autonomia.⁵¹

⁴⁸ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. **Fronteiras**. Dourados, v. 10, n. 17, p.55-67, jan./jun./2008. p. 62.

⁴⁹ Idem, p. 60.

⁵⁰ CERTEAU. Op. Cit., p. 103.

⁵¹ LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La

Visto sob esse aspecto, a realidade espacial está em constante fuga. Torna-se quase impossível dominá-la. Ao mesmo tempo em que serve de instrumento para controle, tal espaço foge das forças que o tentam subjugar-lo. A prática espacial, “que engloba produção e reprodução” nos conjuntos espaciais próprios a cada formação social, pode assegurar uma “continuidade numa relativa coesão”⁵². Assim, o padrão metodológico imposto na produção e na reprodução do espaço narrativo historiográfico pode, de certa forma, construir uma relativa coesão.

Certeau (1998) apresenta-nos a definição de que o espaço é, em síntese, um lugar de prática, e só há espaço a partir de práticas. Inscrever a narrativa historiográfica no bojo dessas discussões remete-nos a pensá-la como construída a partir de práticas permeadas por conflitos de espaço. Bordieu (1989), por sua vez, define que o que delimita uma determinada região é o conflito em torno do seu processo de legitimação. Ele ainda considera que o discurso delimitador de fronteiras “é um discurso performativo, que tem em vista impor como legítima uma nova definição das fronteiras e dar a conhecer e fazer reconhecer a região assim delimitada”⁵³.

As práticas que legitimam o percurso historiográfico são os procedimentos metodológicos, anteriormente discutidos no primeiro tópico do presente artigo. Tais percursos, situados na operação historiográfica, condicionam sua crítica documental, permite a construção de uma “linguagem” específica produzindo “uma prática”, a de “situar-se com relação ao seu *outro*, o passado. Com efeito, ele mesmo é uma prática. A historiografia se serve da morte para articular uma lei (do presente)⁵⁴.

Para se legitimar uma obra historiográfica, é preciso que esta esteja nos padrões científicos que são particulares da ciência histórica. Tal proposição nos remete a identificar a narrativa historiográfica como um espaço delimitado pelos próprios historiadores. Assim, desenvolve-se a ideia de que “a escrita histórica – ou historiográfica – permanece controlada pelas práticas das quais resulta; bem mais do que isso, ela própria é uma prática social”⁵⁵.

O percurso traçado na pesquisa histórica direciona-se à elaboração de uma escrita, à composição de um texto. Tal direcionamento é a materialização do conhecimento histórico efetivado no texto historiográfico, construído a partir das leis do meio – as que foram elaboradas

production de l'espace . 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). 2006. p. 50.

⁵² LEFEBVRE. Op. Cit., p. 59.

⁵³ BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução: Fernando Tomaz. Lisboa: Difel, 1989. p. 116.

⁵⁴ CERTEAU. Op. Cit., p. 110-111.

⁵⁵ Idem, p. 91.

no século XIX na constituição da história enquanto ciência e se consolidam no século XX. É nesse sentido que:

A escrita consistiria em “elaborar um fim”. Na verdade, ela não é nada disso desde que haja discurso histórico. Ela impõe regras que, evidentemente não são iguais à prática, mas diferentes e complementares, as regras de um *texto que organiza lugares em vista de uma produção*. Com efeito, a escrita histórica compõe, com um conjunto coerente de grandes unidades, uma estrutura análoga à arquitetura de lugares e de personagens numa tragédia.⁵⁶

A produção do discurso historiográfico estaria inserida a partir de operações que delimitam fronteiras e que também fundamentam uma visão unitária de uma prática social. Certeau define que o espaço é “produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflitais ou de proximidades contratuais”⁵⁷. Ou seja, há uma unidade no pensamento histórico que o condiciona a pensá-lo como espaço. Tal organicidade configura-se por seus próprios códigos científicos.

As concepções que Certeau (1998; 2017) nos oferece sobre o espaço destacam que ele é marcado por operações narrativas. Talvez aí se situe o paralelo entre a prática historiográfica e a delimitação do espaço. Para o autor, o espaço é praticado por meio (e principalmente) do relato, assim como a historiografia se constitui a partir de uma estrutura narrativa, as operações espacializantes são definidas, a partir da composição de narrativas.

As experiências produzidas pela cultura científica da teoria da história também se inscrevem a partir de práticas espacializantes das diversas matrizes teóricas e de distintas concepções epistemológicas, e como a própria história é um campo marcado por conflitos e disputas, em torno de conceitos e teorias que se propõem a dar conta da cientificidade da disciplina e da legitimidade das narrativas.

Compreende-se, assim, que toda descrição (ou o ato de narrar) é fundadora de espaços e, assim, um ato culturalmente criador de toda existência humana. É importante ressaltar que, segundo Barros, não se deve considerar o espaço como

[...] algo estático, mas sim como um processo, como uma materialidade em mutação, como uma rede de relações que se estabelecem em muitas direções. O espaço não é apenas um conjunto de fixos, mas também atravessados por fluxos de diferentes tipos. De igual maneira, as ações se impõem ao espaço. Tensões as mais diversas se estabelecem, poderes constroem, resistências se afirmam. O espaço não é apenas o lugar no qual se luta, mas também aquilo por que se luta⁵⁸.

O campo da prática historiográfica forma, assim, um espaço de disputas simbólicas e de

⁵⁶ CERTEAU. Op. Cit., p. 106.

⁵⁷ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1 Artes de fazer**. 3.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. p. 202.

⁵⁸ BARROS. Op. Cit., p. 204.

relações conflitantes de poder. Tal região, definida a partir dos campos de força que possui, é marcada por conflitos e constituída a partir de uma prática social, compreendendo que “a vida humana é eterno devir de territórios de longa e curta duração, que se superpõem e se entrecruzam ao sabor das relações sociais, das práticas e representações”⁵⁹. Desse modo, tanto invenções como ações humanas possuem historicidade. Tanto a prática historiográfica, quanto a narrativa histórica são, por conseguinte, objetos em permanente construção e desconstrução.

Observa-se que uma determinada prática cultural contribui para gerar um território específico. Deve-se atentar que “a região, é um objeto em permanente construção e desconstrução, em constante movimento”⁶⁰. Ou seja, a prática da escrita da história pode gerar um *locus* específico de investigação, que é a narrativa histórica, e o sentido norteador da produção do conhecimento historiográfico está também em constantes mutações.

As concepções teóricas atreladas no presente tópico convergem para pensar o estatuto historiográfico a partir de um novo prisma analítico, circunscrito nas delimitações do espaço. Compreendemos espaço, aqui, a partir de uma definição ampla, para além do aspecto físico. A narrativa historiográfica constitui-se como um espaço textual, um espaço intelectual e um espaço social. O espaço textual é direcionado a partir de sua escrita historiográfica; o espaço intelectual, a partir da estrutura cognitiva do pensamento histórico, presente na consciência histórica do próprio autor; e, por fim, a escrita histórica é um espaço social, no sentido de que mantém uma intrínseca relação com o meio social de que é originária, produzindo sentido e articulando a relação entre o passado e o presente.

Contudo, a atribuição de sentido por parte do historiador de sua interpretação do passado está atrelada a compromissos sociais que estabelece com a sociedade e que sustenta sua produção teórico-científica. Há um universo de relações de poder que penetram a escritura historiográfica, que vão desde o universo subjetivo do historiador, até as demandas científicas de produção de conhecimento, bem como as agências de fomento (ou a falta delas) em pesquisas historiográficas. De qualquer modo, a historiografia precisa estabelecer relações com a sociedade, que em última instância sustenta sua razão de ser e existir.

Naquilo que tange a essas questões, convém resgatar as concepções teóricas de Antoine Prost daquilo que ele estabelece sobre o que seria “as questões do historiador”. Para ele, o encontro entre a pertinência social e a pertinência científica do trabalho do historiador está atrelada à sua própria inserção em compromissos sociais do tempo presente. Segundo ele, o

⁵⁹ BARROS, José D’Assunção. História, Espaço e Tempo: interações necessárias. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 22, n. 36: p. 460-476, Jul/Dez 2006. p. 474.

⁶⁰ ALBUQUERQUE JÚNIOR. Op. Cit., p. 63

historiador:

Estabelece com seu objeto uma relação íntima pela qual se afirma, progressivamente, sua própria identidade. Ao debruçar-se sobre a vida e morte dos homens no passado, ele trabalha também sobre sua própria vida e morte. O deslocamento do tipo de sua curiosidade à medida que avança em idade é, também, a história de uma identidade pessoal.⁶¹

Como visto nas discussões apontadas, a produção do conhecimento histórico, estritamente em sua forma historiográfica, é regulada por padrões científicos, como também é a posição do historiador, podendo ser capaz de produzir um significado para a vida, a partir das necessidades do presente. Estevão de Rezende Martins compreende, nesse sentido, que o pensamento histórico precisa ser “produzido por uma reflexão intencionalmente voltada para a organização crítica da memória como fundamento do sentido da sociedade, da política e da cultura respectiva”⁶².

Inserir a narrativa historiográfica dentro das discussões do espaço implica pensá-la a partir de sua produção, dos seus padrões e rigores metodológicos, e de qual sentido produz no presente. É pensar a relação entre esse padrão metodológico que a define como uma ciência que trabalha com o passado. Mais do que isso, busca estabelecer a conexão entre a prática historiográfica e qual seria a produção de sentido para as ações no presente. Portanto,

A escrita não fala do passado senão para enterrá-lo. Ela é um túmulo no duplo sentido de que, através do mesmo texto ela honra e elimina. Aqui a linguagem tem como função introduzir no *dizer* aquilo que não se *faz* mais. Ela exorciza a morte e a coloca no relato, que substitui **pedagogicamente** alguma coisa que o leitor deve crer e fazer.⁶³

Questionar suas fronteiras e delimitações requer situar a produção historiográfica a par de suas tensões em torno da função do conhecimento histórico. Tal processo direciona pensar a atribuição de sentido, decorrente do resgate das experiências históricas, articulando-as às leis do presente, abrindo possibilidades de ações no campo da expectativa dos interlocutores de tal produção historiográfica.

Para Lefebvre, a análise da “prática espacial de uma sociedade se descobre decifrando seu espaço”⁶⁴. Assim também, a partir de uma análise da construção espacializante da historiografia, compreende-se que é preciso dismantelar suas estruturas, para que se encontre, a partir delas, a função social que lhe é inerente a partir de seu processo de escrita.

Logo, é necessário investigar as práticas da constituição do espaço historiográfico, esquadrihando, deste modo, a sua formação e também a função que está atrelado à produção

⁶¹ PROST. Op. Cit., p. 89.

⁶² MARTINS, Estevão de Rezende. O renascimento da História como Ciência. In: _____. **A História Pensada: teoria e método na historiografia europeia do Século XIX**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 8.

⁶³ CERTEAU. Op. Cit., p. 110 – grifo nosso.

⁶⁴ LEFEBVRE. Op. Cit., p. 65.

de sentido. O espaço narrativo converte-se em um eterno devir, em que práticas historiográficas, escolas de pensamento, metodologias, ideologias, diálogo com outras ciências se sobrepõem, constituindo o caráter autorreflexivo e sempre inovador do pensamento histórico. É assim que a necessidade de se esquadrihar o espaço historiográfico é pertinente, para entender como estruturas de pensamento histórico foram modificadas no decorrer da trajetória científica da História, de tal maneira que os sujeitos inseridos na produção e na constituição do espaço historiográfico contribuem para delimitar – mediante suas práticas (e ações) – e estabelecer a identidade que o espaço constitui entre seus interlocutores:

O espaço social “incorpora” atos sociais, os de sujeitos ao mesmo tempo coletivos e individuais, que nascem e morrem, padecem e agem. Para eles, seu espaço se comporta, ao mesmo tempo, vital e mortalmente; eles aí se desenvolvem, se dizem e encontram os interditos; depois caem e seu espaço contém sua queda. Para e diante do conhecimento, o espaço social funciona – com seu conceito – como analisador da sociedade.⁶⁵

Compreende-se dessa maneira que a construção narrativa da ciência histórica é instituidora de um espaço que se estabelece como um produto social, na medida em que fornece, por meio do saber histórico, sentido às ações humanas no tempo. Assim, a historiografia, pelo menos em tese, deve estabelecer a sua relação com o meio social que se origina, fornecendo respostas aos desafios que emergem no tempo, situando o agente histórico temporal e socialmente. Trilhar os percursos e momentos pelos quais a historiografia passou reflete a necessidade de um olhar crítico para o próprio ofício, tomando a autorreflexão como um pressuposto da prática historiográfica.

Considerações Finais

As discussões apresentadas no presente artigo buscaram estabelecer as relações entre a historiografia e a sua função social. Tomando como pressuposto a constituição da ciência histórica no século XIX, elenca-se como objeto a narrativa historiográfica, materialização do ofício do historiador ou historiadora, e, por conseguinte, como ela constitui um espaço textual da produção de sentido, imanente em sua própria escrita.

Concebemos, portanto, a História como um campo discursivo que produz um determinado conhecimento (ou narrativa) sobre determinados processos históricos, e que tal conhecimento está intrinsecamente relacionado com a sociedade em que é produzido. Todavia, a noção de espaço nos é determinante para explicitar que o conhecimento histórico é praticado, e o processo de autorreflexão sobre suas formas e funções é um processo essencial na escrita

⁶⁵ LEFEBVRE. Op. Cit., p. 59.

historiográfica.

Tomando a ciência da história como um campo científico da modernidade, é importante compreender que “uma vez tornado visível e reconhecido como novo espaço científico ou forma de expressão, cada campo disciplinar (ou cada campo de saber, dito de outra maneira), passa a se constituir em patrimônio de todos os que podem ou pretendem praticá-lo”.⁶⁶

Compreende-se que os apontamentos discutidos são de interesse vital no que se refere à importância de (re)pensar o estatuto do ofício historiográfico e de discutir suas relações com a sociedade em que nos encontramos inseridos, direcionando a pensar tais produções de narrativas e os desafios do tempo presente, que problematizam cada vez mais a necessidade de um conhecimento comprometido e engajado com sua função social.

O campo discursivo formado por diversas histórias, aquilo que estabelecemos em nossa contemporaneidade como historiografia, está constantemente sendo reproduzido, revisitado e gerando novas interpretações e concepções que atendam às demandas do tempo presente. Pode-se dizer que é a partir do presente que construímos nossas representações do passado, como historiadores e historiadoras, engajados em uma determinada causa. Considerar a historiografia sob esse prisma ideológico, pautados a partir de engajamentos que ocorrem no tempo presente, significa compreender que estará em constante reorganização, reestabelecendo-se a partir de carências de orientações temporais que respondem às demandas de determinados grupos e que obedecem a relações de poder conflitantes, dentro de determinadas organizações sociais. Cabe ao historiador ou historiadora considerar a função inerente à sua produção narrativa e definir as linhas mestras que nortearão sua investigação histórica na perspectiva de seus posicionamentos frente às lutas de seu tempo.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. **Fronteiras**. Dourados, v. 10, n. 17, p.55-67, jan./jun./2008.

BARROS, José D’Assunção. **História, Espaço, Geografia: diálogos interdisciplinares**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

_____. História, Espaço e Tempo: interações necessárias. **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 22, nº 36: p. 460-476, Jul/Dez 2006.

_____. **Teoria da História**: Volume I: Princípios e conceitos fundamentais. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

BENTIVOGLIO, Julio; LOPES, Marcos Antônio. **A constituição da História como ciência**:

⁶⁶ BARROS, José D’Assunção. **Teoria da História**: Volume I: Princípios e conceitos fundamentais. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014. p. 37.

de **Ranke a Braudel**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. **As Escolas Históricas**. 2ª ed. Mem Martins (Portugal): Publicações Europa-América, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução: Fernando Tomaz. Lisboa: Difel, 1989.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. 3. ed. Tradução: Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro, Forense: 2017.

_____. **A invenção do cotidiano: 1 Artes de fazer**. 3.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

DASTON, Lorraine. **Historicidade e objetividade**. Tradução: Derley Menezes Alves; Francine Iegelski. SP: LiberArts, 2017.

DOSSE, François. História e Historiadores no século XIX. In: MALERBA, Jurandir (Org.). **Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

DROYSEN, Johann Gustav. **Manual de Teoria da História**. Tradução: Sara Baldus; Julio Bentivoglio. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

HADDOCK, Bruce Anthony. **Uma introdução ao pensamento histórico**. Lisboa: Gradiva, 1989.

JENKINS, Keith. **A História repensada**. Tradução de Mário Vilela. São Paulo: Contexto, 2001.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace* . 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). 2006

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 7ª ed. Tradução: Bernardo Leitão... [et al.] Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

LÖWY, Michel. Historicismo. In: **Ideologias e Ciência Social**. Elementos para uma análise marxista. 19ª Ed. São Paulo, Cortez, 2010, p. 75-103.

MALERBA, Jurandir. Teoria e história da historiografia. In: _____ (Org.). **A história escrita: teoria e história da historiografia**. São Paulo: Contexto, p.11-26, 2006.

MALERBA, Jurandir (Org.). **Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

_____. O que narram os historiadores? Para uma genealogia da questão narrativa em história. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 33, p. 399-418, jul./dez. 2016.

MARTINS, Estevão de Rezende. O renascimento da História como Ciência. In: _____. **A História Pensada: teoria e método na historiografia europeia do Século XIX**. São Paulo: Contexto, 2015.

_____. **Teoria e Filosofia da História – Contribuições para o ensino de História**. Curitiba: W&A Editores, 2017.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Tradução: Guilherme João de Freitas. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

REIS, José Carlos. **A História entre a filosofia e a ciência**. São Paulo: Ática, 1996.

RÜSEN, Jörn. **Aprendizagem histórica: fundamentos e paradigmas**. Tradução: Peter Horst Rautmann... [et al.]. Curitiba: W. A. Editores, 2012.

_____. Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. **Práxis**

Educativa, Ponta Grossa – PR. v.1, n.2, 2006.

_____. **História viva: teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico.** Tradução: Estevão C. de Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

_____. Narração Histórica: fundações, tipos, razão. In: MALERBA, Jurandir. (Org).

História & Narrativa: a ciência e a arte da escrita histórica. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

_____. **Teoria da História: uma teoria da história como ciência.** Tradução: Estevão C. de Rezende Martins. Curitiba: Editora UFPR, 2015.

_____. **Razão Histórica: teoria da História: fundamentos da ciência histórica.** Tradução: Estevão C. de Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.